



**ATA Nº 06/2018 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.** Aos trinta dias do mês de outubro, às dezessete horas, reuniram-se, na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510 – Centro – Balneário Camboriú, os(as) seguintes conselheiros(as): Tatiane Aparecida Martins do Rosário (Secretaria de Educação), Vitor Lopes (Secretaria de Saúde), David Tiago Cardoso e Paulo Henrique Henkel (Secretaria de Inclusão Social), Taisa de Oliveira Duwe (Procuradoria Geral), Wagner Luís Henrique da Rosa (OAB), Débora Zomer Gomes (Biblioteca Bem Viver), Otávio José Zini Vieira e Claudemir Gonçalves (Amigos e Tribos), Thomas Herman Sant'Ana (COOPERMAR), Ana Lucia Lodi Ribeiro (Semear) e Giovan Nardelli (ACAD). Contando com a participação do representante Heller Oliveira (Amigos e Tribos). Justificou sua ausência a conselheira Larissa Zimmermann Gonzalez, representante da Biblioteca Bem Viver. Como ouvinte esteve presente Barbara Oliveira (Casa dos Conselhos). O presidente Otávio inicia a reunião, cumprimenta os presentes e procede à leitura da ata 04/2018 da reunião ordinária do dia vinte e cinco de setembro, sendo posteriormente feitas modificações solicitadas pelos conselheiros quanto a alteração de nome e justificativas que não constavam na ata. Após leitura da ata 05/2018, da reunião extraordinária de nove de outubro, Ana Lodi diz que, como lhe foi solicitado que entrasse em contato com a pessoa que havia conseguido a gravação referente à ocorrência tratada na reunião extraordinária, do caso de agressão motivada por preconceito em estabelecimento comercial de Balneário Camboriú, buscou informações com esta. Otávio lembra que foi decidido que quem tinha contato com a mãe ou outras pessoas e pudessem identificar mais testemunhas do caso para identificar melhor o que havia ocorrido, pois o que se tinha até o momento era o áudio e diz que quem ficou responsável por entrar em contato com a mãe foi o CREAS e a Mães Pela Diversidade. Otávio pontua que o CREAS pelo menos entrou em contato, mas não sabe se a conversa avançou depois disso e Mães Pela Diversidade também entrou em contato, mas a mãe do jovem encontra-se temerosa pelos fatos apresentados. O presidente ressalta que todos ficaram responsáveis por entrar em contato, mas não exatamente uma pessoa específica. Ana Lodi afirma que foi tentar falar com a pessoa que havia feito a denúncia via áudio no grupo de WhatsApp que ela também pertence. Após, Otávio refaz a leitura da ata 04/2018 para esclarecimentos das responsabilidades dos conselheiros pelo caso, identificando que Ana Lodi ficaria responsável por informar o número de telefone da família do jovem ao CREAS e Mães Pela Diversidade. Ana Lodi diz que entrou em contato com a pessoa que tinha conseguido o áudio. Na sequência, **é deliberada a data da próxima reunião extraordinária, para aprovação do Regimento Interno**, que fica marcada para dia **doze de novembro, às quatorze horas e trinta minutos** para o qual, o presidente solicita que os conselheiros realizem a leitura prévia e encaminhem as sugestões com a devida antecedência, e lembra que no dia cinco de novembro às treze horas será realizada a reunião da comissão do Regimento Interno. No que diz respeito à reunião do dia doze, referente ao Regimento Interno, o Presidente informa que é necessária a presença de dois terços dos representantes do conselho, para ser possível a aprovação do documento. O último tema da pauta da reunião que foi proposto pelo conselheiro David, é "Assistência Social e o atendimento às pessoas em contexto de violação de direitos humanos". Logo, é passada a palavra ao conselheiro David o qual inicia sua fala fazendo menção à ocorrência de agressão por preconceito, manifestando que ficou claro que não existem políticas públicas para o atendimento imediato, para defesa e garantia de direitos, ou seja na prevenção, mas neste caso no atendimento após a ocorrência, que seria no atendimento secundário. Ele orienta que sempre que ocorrerem casos desse tipo sejam encaminhadas, essas famílias, ao CREAS, onde devem ser conhecidas as políticas públicas de garantia dos direitos humanos em sua integralidade. Em resposta aos questionamentos das conselheiras David fala da demanda que chega e no dever de atender essas demandas e esclarece que o CREAS é Média Complexidade, acrescenta que a demanda começa a partir da oferta. Uma das conselheiras fala sobre a falta de conhecimento de muitas pessoas da existência do CREAS. David afirma que a proposta da Gestão é iniciar pelo CREAS, fazendo preparação para saber como receber esses usuários, levando as entidades e propõe que estejam



presentes no momento da acolhida para reconhecer alguém que já teve o contato. David sugere iniciar pelo CREAS, como porta de entrada. Sem mais a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro esta ata, com base em gravação de áudio que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes e pelo presidente, para que surta os efeitos legais.

Taissa Dume  
Vitoria M. P. da  
Paulo H. Hinkel  
Débora Z. G. Veber

  
  
Claudemara

